

**A. I. N°** - 207162.0012/03-0  
**AUTUADO** - S. LOPES – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (ME)  
**AUTUANTE** - CARLOS ALBERTO MACHADO DE SOUZA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 22. 09. 2003

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0374-04/03**

**EMENTA:** ICMS. IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. FARINHA DE TRIGO. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. De acordo com legislação vigente à época, nas operações de importação de farinha de trigo do exterior, a base de cálculo será apurada em conformidade com os valores constantes no Anexo I, da Instrução Normativa n° 63/02, a qual está de acordo com o Protocolo ICMS n° 46/00. Infração caracterizada. Mantido o lançamento do crédito tributário para evitar a decadência do direito de efetuá-lo, ficando suspensa sua exigibilidade até a decisão final da lide no âmbito do Poder Judiciário. Não acolhida a alegação de ilegalidade da legislação tributária estadual. Indeferidos os pedidos de diligências. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 08/01/03, exige imposto no valor de R\$ 9.612,45, em decorrência do recolhimento a menos do ICMS incidente na importação, referente a 900 sacos de mistura para pão, constantes na Nota Fiscal de Entrada n° 0157 e na Declaração de Importação n° 02/1103618-2. A importação se encontra acobertada por Mandado de Segurança n° 9.588.482/03-2-5152-F.

O autuado apresentou defesa, fls. 29 a 45, esclarecendo que atua no comércio atacadista de farinha de trigo pré-misturada importada e diante da Instrução Normativa n° 63/02 ficou instituída, a partir de 13/11/2002, a pauta fiscal para operação com o referido produto. Diz que, a citada Instrução Normativa, estabelece para fixação da base de cálculo do ICMS a pauta fiscal, constante no anexo 2, disciplinando que as mercadorias oriundas de Estados signatários do Protocolo 46/00, pagariam ICMS com base de cálculo no valor de R\$89,00 por saco de 50 Kg, sendo aplicada uma alíquota de 12%. Assevera que é indevida a cobrança pela autoridade fazendária, consoante ao anexo 1 e a aplicação da alíquota de 17%, indicada no item 2.1 da instrução normativa 63/02, para a farinha de trigo pré-misturada. Cita doutrinadores, jurisprudência para embasar sua tese, além de transcrever o art. 12, do RICMS/97.

Diz que outro aspecto a ser analisado, é que o Estado da Bahia, no caso a Secretária da Fazenda, tem sempre colocado restrições à aplicação deste dispositivo, lesando o exportador de direito consagrado em lei, não levando em consideração reiteradas decisões proferidas por nossos tribunais, no caso Superior Tribunal de Justiça e TRF, transcrevendo algumas decisões, às folhas 35 a 39.

Ressalta que a Fazenda Pública Estadual da Bahia alega, improcedentemente, que o acordo do GATT não teria validade porque não existe “bacalhau brasileiro”, porém, a tese vencedora é no sentido de que o bacalhau é similar ao peixe do gênero seco e salgado nacional, por isso merece o mesmo tratamento.

Acrescenta que a constituição Federal, em seu Art. 152, veda aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou destino.

Ao final, pede que seja deferida diligência, por fiscal estranho ao feito, e o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, fls. 56 a 59, o autuante esclarece que o Protocolo 46/00, disciplinador da substituição tributária do ICMS nas operações de trigo em grão e farinha de trigo pelos Estados signatários, determina que caberá ao importador a responsabilidade pelo recolhimento do imposto quando da entrada no Estado.

Assevera que a vigente Instrução Normativa 63/02, publicada em 08/11/02, estabelece base de cálculo mínima para fins de antecipação do ICMS nas operações com farinha de trigo, indicando no seu anexo 1, valores relativos a mercadorias originadas do exterior ou de unidade federada não signatária do Protocolo ICMS nº 46/00, determinando que será aplicada alíquota de 17% em tais casos, ou seja, quando a mercadoria tiver origem no exterior ou unidade não signatária.

Diz que, no anexo 1, fica estabelecido como valor de base de cálculo mínimo para mercadorias importadas, a exemplo de farinha de trigo pré-misturada (código 27.07), com 50kg de peso, o valor de R\$ 125,65.

Salienta que o tratamento dado ao produto importado é o mesmo que do nacional, ou seja, a alíquota é de 17%, devendo-se ainda observar a pauta fiscal no que tange à base de cálculo do imposto.

Ao finalizar, solicita pelo julgamento procedente do Auto de Infração.

## **VOTO**

O Auto de Infração exige ICMS recolhido a menos, quando do desembaraço aduaneiro de farinha de trigo importada do exterior. O autuado alega que possuía liminar em mandado de segurança determinando a suspensão da exigência do crédito tributário.

Em relação à alegação de ilegalidade da ação fiscal, a mesma não pode ser aceita, pois, nos termos do art. 151, IV, do Código Tributário Nacional, a concessão de medida liminar em mandado de segurança é motivo de suspensão do crédito tributário, não vedando a constituição do mesmo mediante o lançamento, o que é uma atividade administrativa vinculada e obrigatória, nos termos da lei, resguardando o direito do fisco em razão da decadência.

Quanto ao pedido de diligência formulado pelo autuado, para que a ASTEC verifique a correção do valor recolhido pelo autuado, o mesmo não pode ser acolhido, uma vez que os elementos constantes nos autos são suficientes para formação de minha convicção em relação a presente lide. Também entendo que não há necessidade de realização de diligência para a PROFAZ, pelo mesmo motivo. Assim, com fulcro no art. 147, I, “a”, do RPAF/99, indefiro os pedidos de diligências formulados pela defesa.

No que concerne ao pedido de liberação das mercadorias, o mesmo não tem razão de ser, já que elas foram liberadas logo após a autuação, conforme consta no Termo de Liberação de Mercadorias acostado à fl. 7 dos autos.

A respeito do argumento defensivo de que a base de cálculo utilizada pelo autuante contraria o disposto no Protocolo ICMS Nº 46/00, entendo que não tem qualquer fundamento, uma vez que, de acordo com a legislação tributária estadual vigente à época da ocorrência do fato gerador, nas importações de farinha de trigo, a base de cálculo será apurada em conformidade com os valores constantes no Anexo 1 da Instrução Normativa nº 63/02, a qual está em consonância com o Protocolo ICMS nº 46/00, conforme apurou o autuante. Assim, não há dúvida quanto a regularidade do procedimento adotado na ação fiscal.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207162.0012/03-0**, lavrado contra **S. LOPES – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. (ME)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 9.612,45**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais, ficando suspensa sua exigibilidade, tendo em vista a concessão de Liminar em Mandado de Segurança, até a decisão final da lide no âmbito do Poder Judiciário.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de setembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR